

aproximadas de 2,43m x 5,17m) tipo vazado, com roldana de aço, cremalheiras, trilhos, Kit motor de 1 hp, pintura anti ferrugem e sistema com sensores antiesmagamento a ser executado no prédio da SEFA situado na Av. Visconde de Souza Franco 110-Reduto-Belém/Pará.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO: A presente contratação fundamenta-se no art. 24, II da Lei nº 8.666/93, Processo Administrativo Eletrônico nº 2021/827699 e Manifestação nº 507/2021/CONJUR/SEFA.

VALOR GLOBAL: R\$ 7.674,88 (sete mil seiscentos e setenta e quatro reais e oitenta e oito centavos).

Órgão: 17101 - Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA

Unidade Gestora: 170101 - Secretaria de Estado da Fazenda

Funcional Programática/ Atividade: 17101.04.122.1297.8338

Função: 04 - Administração Sub-função: 122 - Administração Geral

Programa: 1297 - Manutenção da Gestão

Atividade: 8338 - Operacionalização das Ações Administrativas

Natureza da Despesa: 33.90.39 - Serviço de Terceiro Pessoa Jurídica

Valor Total Estimado: R\$ 7.674,88

Fonte de Recursos: 0101 - Recursos Ordinários

ORDENADOR RESPONSÁVEL: RENÉ DE OLIVEIRA E SOUSA JÚNIOR, SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA.

FORO: Belém - Estado do Pará.

DATA: 15 de dezembro de 2021.

RENÉ DE OLIVEIRA E SOUSA JÚNIOR

SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Secretário de Estado da Fazenda do Pará resolve ratificar o Termo de Dispensa de Licitação nº 030/2021 para atender as necessidades da Secretaria de Estado da Fazenda do Pará.

Valor Global: R\$ 7.674,88 (sete mil, seiscentos e setenta e quatro reais e oitenta e oito centavos).

Belém/PA, 15 de dezembro de 2021.

RENÉ DE OLIVEIRA E SOUSA JÚNIOR

SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

Protocolo: 743083

BANCO DO ESTADO DO PARÁ

CONTRATO

Contrato Nº: 153/2021

Objeto: Transferência de recursos a título de Patrocínio, destinados à realização de evento denominado "Marabá Jazz Festival"

Valor Total: R\$-89.916,50 (oitenta e nove mil, novecentos e dezesseis reais e cinquenta centavos).

Data de Assinatura: 10.12.2021

Vigência: 10.12.2021 a 09.03.2021

Inexigibilidade de Licitação Nº 040/2021 - Art. 30 caput, da Lei nº 13.303/2016 e no art. 9º, item 3, § 1º, a e c do Regulamento de Licitações e Contratos do Banpará.

Contratado: THEROQUE PRODUÇÕES LTDA.

Endereço: Folha 17, Quadra 21, Lote 44 - Bairro: Nova Marabá

CEP: 68505-490 Marabá/PA

Telefone: (94) 98153-7452

Ordenador Responsável: Braselino Carlos da Assunção Sousa da Silva

Protocolo: 742724

TERMO ADITIVO A CONTRATO

Termo Aditivo Nº: 02

Contrato Nº: 100/2018

Objeto do Contrato: Prestação de serviços de autorização EMV FULL GRADE, no Modelo 24 horas por dia, 7 dias por semana, 365 dias por ano, incluindo gerenciamento e operação de autoridade certificadora, preparação de dados, fornecimento de aplicação de pagamentos EMV para cartões com chip, suporte técnico e disponibilização de banco de até 5.000 horas para prestação de serviços de consultoria.

Modalidade da Contratação: Pregão Eletrônico Nº 032/2018

Data de Assinatura do Aditivo: 16.12.2021

Vigência do Aditivo: 27.12.2021 a 26.12.2022

Objeto do Aditivo: Prorrogação de vigência

Fundamento Legal do Aditivo: Artigo 57, II da Lei nº 8.666/93.

Valor Total do Aditivo: R\$ 2.147.409,65 (dois milhões, cento e quarenta e sete mil, quatrocentos e nove reais e sessenta e cinco centavos).

Contratado: PAYSMART PAGAMENTOS ELETRÔNICOS S.A.

Endereço: Rua Manoellito de Ornelas, nº 55, sala 1303 - Torre A - Bairro: Praia de Belas

CEP: 90110-230 Porto Alegre/RS

Telefone: (51) 3221 4879

Ordenador Responsável: Braselino Carlos da Assunção Sousa da Silva

Protocolo: 742649

OUTRAS MATÉRIAS

Nº do Termo de Cooperação: 003/2021

Partes: Banco do Estado do Pará S. A., instituição financeira, com sede em Belém/PA, na Avenida Presidente Vargas, nº 251, Bairro: Centro, CEP: 66.010-000, inscrita no CNPJ: 04.913.711/0001-08, e a UNIVERSIDADE FEDERAAL DO PARÁ - UFPA, instituição federal de nível superior, com sede na Rua Augusto Corrêa, nº 01 bairro do Guamá, CEP 66075-110 Belém/PA.

Objeto: Estabelecer parceria para a viabilização de cooperação técnico-científica, tendo em vista a avaliação, prospecção e execução de projetos em bioeconomia e o desenvolvimento de atividades de interesse comum das instituições partícipes e a execução de projetos, estudos e pesquisas, com foco nas áreas de biodiversidade, biotecnologia e bionegócios.

Valor: R\$-0,00

Data da Assinatura: 13.12.2021

Vigência: 13.12.2021 a 12.12.2024

Foro: Belém

Ordenador Responsável: Braselino Carlos da Assunção Sousa da Silva

Protocolo: 742802

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

PORTARIA

PORTARIA Nº 1271 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021

A Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, usando das atribuições que lhe são delegadas pela PORTARIA Nº 50 de 17.01.2006, publicada no DOE nº. 30.605 de 19.01.2006,

E CONSIDERANDO o teor do PAE nº 2021/1439902.

RESOLVE:

REMOVER, para fins de regularização funcional, o servidor BRUNO VINÍCIUS DA SILVA PINHEIRO, cargo AGENTE DE PORTARIA, matrícula nº 54192738/1, do DEPARTAMENTO DE EPIDEMIOLOGIA para a DIVISÃO DE VIGILÂNCIA A SAÚDE.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE, DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, EM 15.12.2021.

KELLY DE CÁSSIA PEIXOTO DE OLIVEIRA SILVEIRA

DIRETORA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE - SESPA

Protocolo: 742947

PORTARIA Nº 1125/2021 - 15 de Dezembro de 2021.

Estabelece os procedimentos e o fluxo do processo de licenciamento sanitário no âmbito da Divisão de Vigilância Sanitária de Produtos da Vigilância Sanitária Estadual do Nível Central e dos Centros Regionais de Saúde da SESPA.

O Secretário Estadual de Saúde, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, que lhe são conferidas,

Considerando o disposto no Decreto-Lei Federal nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos;

Considerando o disposto na Lei Federal nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras Providências;

Considerando o disposto na Lei Federal nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências, alterada por Lei Federal nº 13.235, de 29 de dezembro de 2015, Lei Federal nº 13.236, de 29 de dezembro de 2015 e Lei Federal nº 13.411, de 28 de dezembro de 2016;

Considerando o disposto no Decreto Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências;

Considerando o disposto na Lei Estadual nº 5.199, de 10 de dezembro de 1984 que dispõe Sobre O Sistema de Saúde de Estado do Pará e Aprova A Legislação Básica Sobre Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde;

Considerando o disposto no Decreto Estadual nº 3.948, de 09 de setembro de 1985, que regulamenta a Lei nº 5.199, de 10 de dezembro de 1984, que dispõe sobre o Sistema de Saúde do Estado do Pará e aprova a legislação básica sobre promoção, proteção e recuperação da saúde;

Considerando o disposto no Decreto Federal nº 8.077, de 14 de agosto de 2013, que regulamenta as condições para o funcionamento de empresas sujeitas ao licenciamento sanitário, e o registro, controle e monitoramento, no âmbito da vigilância sanitária, dos produtos de que trata a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências;

Considerando o disposto na Resolução ANVISA nº 23, de 15 de março de 2000, que dispõe sobre O Manual de Procedimentos Básicos para Registro e Dispensa da Obrigatoriedade de Registro de Produtos Pertinentes à Área de Alimentos, alterada pelas Resoluções-RDC ANVISA nº 27, de 6 de agosto de 2010 e Resolução-RDC ANVISA nº 240, de 26 de julho de 2018;

Considerando o disposto na Resolução-RDC ANVISA nº 153, de 26 de abril de 2017, alterada pela Resolução-RDC ANVISA nº 418, de 01 de setembro de 2020;

Considerando o disposto na Resolução-RDC ANVISA nº 560, de 30 de agosto de 2021, que dispõe sobre a organização das ações de vigilância sanitária, exercidas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativas à Autorização de Funcionamento, Licenciamento, Registro, Certificação de Boas Práticas, Fiscalização, Inspeção e Normatização, no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária - SNVS;